

Exigimos: Antecipar o reajuste e respeito!

Opções do governo Lula/Alckmin e a recente decisão do CJF a favor de juizes reforçam a constatação de que o problema é de prioridade e não é falta de recursos, negados quando se trata da saúde ou da antecipação salarial dos servidores.

Assembleia no dia 2 de dezembro encaminhará resoluções da plenária nacional e debaterá a construção da luta para mudar essa realidade e exigir que as pautas da categoria sejam incluídas no orçamento.



Mobilizações em Brasília; no alto, ato em 16/11/23, dia da negociação



Mobilizações por saúde no TRE, TRF-3, TRT-2



Jornada de mobilização 08/11/2023 Posse gestão 2023/2026

“Os servidores precisam receber do governo a mesma urgência que vem sendo dada ao Centrão”. A frase foi mencionada logo após a rodada de negociação das entidades sindicais nacionais do funcionalismo federal e o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos, em 16 de novembro - quando representantes do governo Lula/Alckmin informaram que as pautas da categoria seguem excluídas do orçamento de 2024.

A frase resume tanto crítica quanto constatação: quais têm sido as prioridades do governo e como defini-las é

uma opção política, no caso a favor de setores que sugam os recursos públicos e em detrimento dos serviços públicos prestados à população.

Também no Judiciário Federal, gera indignação o modo como as questões orçamentárias são encaminhadas. A saúde ‘diferenciada’ no TRT e a recente decisão do Conselho da Justiça Federal, que turbinou os contracheques de juizes, são dois exemplos disso.

Para a direção do Sintrajud, expressam desrespeito aos servidores e suas pautas, reiteradamente negadas sob argu-

mentos orçamentários.

Recente estudo da assessoria econômica do Sindicato demonstrou haver recursos para atender ao menos parte das demandas da categoria. É, portanto, uma opção sobre onde e como utilizá-los.

O Sintrajud convoca os servidores e as servidoras a construir coletivamente o movimento nacional para mudar isso: exigir que as pautas da categoria sejam incluídas no orçamento, defender a antecipação da terceira parcela do reajuste e os recursos necessários para a saúde de quem trabalha no PJU.



Prestação de contas: Sintrajud divulga demonstrativo de 2022 e convoca assembleia - Págs. 6 e 7



Derrubar vetos do governo Lula/Alckmin à incorporação do adicional de qualificação - Pág. 8



Festa de fim de ano do Sintrajud: como adquirir o ingresso - Pág. 8

EDITORIAL

É preciso incluir os servidores e os serviços públicos no orçamento

É ainda possível interferir nesta história para cobrar o respeito a nossas pautas

O caos vivido no Estado de São Paulo, após o temporal da primeira semana de novembro, que deixou milhões de pessoas no escuro, além de uma tragédia humanitária, jogou luz no desastre que representa para a população a privatização e mercantilização de serviços que devem ser públicos e voltados para as necessidades da população e não do mercado capitalista.

Isso vale para a energia elétrica, para o transporte público, para a saúde, para a educação e também para a prestação de serviços judiciais.

O que sistematicamente alertamos ficou tão dramaticamente evidente que até setores conservadores e alinhados ao mercado tiveram que reconhecer, ao se defrontar com as críticas às privatizações do metrô, da água e saneamento (Sabesp) e trens urbanos (CPTM).

A derrota da continuidade do governo de extrema direita, nas eleições do ano passado, foi também a rejeição a este modelo que mercantiliza a vida e os direitos mais elementares do cidadão.

No entanto, o que se observa é que a política nacionalmente rejeitada e comprovadamente antipopular segue sendo aplicada. É o que se vê nas privatizações em curso em São Paulo, movidas pelo governador Tarcísio, com as relações as quais o Sintrajud já se posicionou contrariamente. É o que também se observa na política fiscal do governo Lula, que manteve a prioridade voltada para os interesses do mercado financeiro, o que faz a alegria e a riqueza dos já ricos banqueiros e dá prosseguimento à asfixia financeira dos serviços públicos no Brasil.

Não surpreende, portanto, o retorno da reforma administrativa à pauta - via PEC32 ou eventuais alternativas que versam também sobre terceirizações e quebras de estabilidade. Embora impulsionada pelos setores mais reacionários e fisiológicos do Congresso Nacional, é uma pauta que 'dialoga' com a continuidade desta desastrosa política - desastrosa para a população e servidores, que fique claro.

PJU

No Judiciário Federal, não só essa política é regamente acatada, como as administrações chegam ao extremo de antecipar aspectos da reforma administrativa. Estabelecem metas desassociadas do bom-senso e da boa e justa prestação jurisdicional; aplicam reestruturações unilaterais, arbitrarias e desfocadas da efetiva melhora do atendimento à população. Modelo que, a despeito de declarações de boas intenções, criam na prática um campo fértil para disseminação de todo tipo de assédio.

Diante da asfixia financeira ditada em âmbito federal, não só se negam a confrontar essa política impopular, antidemocrática e de enorme violência contra os serviços públicos e as pautas sociais. Do alto de seus suntuosos contracheques, vão além

e buscam artifícios para deslocar à magistratura recursos que deveriam servir para atenuar uma injusta política que gerou perdas salariais e de condições de vida gigantes para toda uma categoria de servidores.

Seja por meio de auxílios diferenciados para saúde, questionáveis equiparações salariais ou com o almejado e exclusivo direito a adicionais por tempo de trabalho que, por quaisquer ângulos legais ou argumentativos, deveriam, caso retomados, alcançar a todos os servidores.

Reagir

Diante deste quadro, os servidores e os seus sindicatos não podem se apequenar, se resignar e, mesmo que involuntariamente, corroborar com tais políticas. Nem aceitar a lógica fiscal contida no arcabouço fiscal, mesmo que com a justa preocupação em não dar gás à extrema direita, pois isso é trilhar por esse caminho.

Por outro lado, está a nosso alcance, de cada servidora ou servidor, somar forças para construir um movimento coletivo que se contraponha a essa lógica ilegítima e rejeitada pela população.

Não parece ser obra do acaso que as ne-

gocições salariais com o governo federal tenham sido postergadas para o final do ano. Também não nos parece ocasional que as administrações dos tribunais se neguem a efetivamente dialogar em torno dos recursos que comprovadamente existem no orçamento, que poderiam atender, pelo menos em parte, às demandas da saúde e da antecipação da parcela do reajuste salarial.

No entanto, por mais que o período do ano não ajude. Por mais que a tendência seja entrar no ritmo de fim de ano. É ainda possível interferir no desfecho dessa história, nas semanas decisivas para as definições orçamentárias, exigindo o uso justo dos recursos disponíveis e cobrando uma outra lógica fiscal. A reação a tantos ataques depende de cada um e de todos nós.

Pelo uso justo do orçamento e uma lógica fiscal que valorize servidores, serviços públicos e pautas sociais

AGENDA

20/11 - Dia da Consciência Negra, com Marcha na Av. Paulista. Concentração no vão livre do Masp, 14h.

22/11 - Reunião do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sintrajud, 15h, por vídeo (via Zoom).

22 a 26 - 29º Curso anual do Núcleo Piratininga de Comunicação, no Rio: "Comunicação e Contra-hegemonia: democracia, novas tecnologias e disputa de poder".

23 a 26 - 23ª Plenária Nacional Ordinária da Fenajufe, em Belém (PA).

28/11 - Greve unificada em São Paulo, convocada pelos metroviários e entidades do setor público e privado.

29/11 - Reunião do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sintrajud, 15h, por vídeo (via Zoom).

Dezembro

2/12 - Assembleia de Prestação de Contas do Sintrajud, às 14h30, via Zoom.

05/12 - Sintrajud realiza live "A luta das mulheres contra a violência na cidade e no campo", às 19h30.

**JORNAL DO
SINTRAJUD**

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP

Sede: Rua Antônio de Godói, 88 - 16º and - São Paulo/SP
01034-902 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608
E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista:
Rua Barão de Paranapiacaba, 233 - sala 1410
Encruzilhada - Santos/SP - CEP 11050-251
Tel.: (13) 3271-9114
E-mail: subsedesantos@sintrajud.org.br

Diretoria: Ana Luiza Figueiredo, Ana Sílvia Poço, Anna Karenina, Antonio Melquíades 'Melqui', Camila Oliveira Gradin, Ciro Manzano, Cleber Aguiar, Fabio Rodrigues, Isabella Leal, Ismael Souza, João Carlos, Jorge Costa, Lutemberg de Souza, Luiz Paiva, Lynira Sardinha, Marcos Trombeta, Marinilda Dias, Maurício Rezzani, Rosana Nanartonis, Sanches

Editor: Hécio Duarte Filho - **Jornalistas:** Giselle Pereira e Niara Aureliano
Diagramação: Roberto Lima - **Tiragem:** 12.000 exemplares



DINHEIRO TEM!

Decisão do CJF beneficia juízes, gera indignação e expõe desrespeito às pautas dos servidores

Sintrajud exige justiça no uso do orçamento e critica resolução, cuja relatora foi a desembargadora Marisa Santos, que concede até 10 folgas mensais ou até R\$ 11 mil a juízes com “Atividades administrativas ou processuais extraordinárias”.



A campanha pela antecipação da parcela do reajuste salarial e por mais recursos para a saúde dos servidores e servidoras vem afirmando: há recursos financeiros nos orçamentos dos tribunais para atender, parcial ou integralmente, as reivindicações. ‘Dinheiro tem’, é o mote da mobilização que está sendo trabalhada pelo Sintrajud e outras entidades sindicais.

No dia 8 de novembro de 2023, enquanto os servidores promoviam manifestações da campanha salarial em São Paulo e em várias cidades do país, o Conselho da Justiça Federal aprovava, por unanimidade, uma decisão que representará um pagamento extra mensal de até R\$ 11 mil ou dez dias de folga para magistrados que exerçam “atividades administrativas ou processuais extraordinárias”.

A decisão, cuja votação consumiu apenas 6 minutos, beneficia diretamente a

juízes que exerçam “atividades administrativas ou processuais extraordinárias”. Para a diretoria do Sintrajud, fica exposto mais uma vez o abismo que separa os procedimentos adotados quando se trata de pautas que atendam à magistratura ou ao conjunto dos servidores e servidoras.

A resolução

A resolução aprovada (CJF 847/2023) segue a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ 528/2023), que define a equiparação entre direitos e deveres da magistratura e do Ministério Público da União (MPU) - cuja medida já havia sido definida em dezembro de 2022.

O processo foi relatado pela presidenta do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), desembargadora federal Marisa Santos. “O desempenho

dessas atividades administrativas ou processuais extraordinárias dá ao magistrado o direito ao reconhecimento da licença compensatória na proporção de um dia de licença para cada 3 dias de exercício, ficando limitada a no máximo 10 dias por mês. (...) Caso não queira usufruir o período de licença compensatória adquirida, poderá o magistrado requerer o seu pagamento em pecúnia ao presidente do respectivo tribunal”, diz trecho do relatório aprovado.

A votação foi célere e sem debate. Após a leitura do voto pela relatora, a presidenta do CJF, ministra Maria Thereza de Assis Moura, indagou se algum conselheiro tinha dúvidas ou gostaria de se pronunciar sobre a matéria. Não havendo contestações, proclamou a aprovação por unanimidade. A implementação do pagamento ficou a cargo de cada Regional.

Sintrajud defende o uso justo do orçamento

A decisão do Conselho da Justiça Federal, recebida com indignação por muitos servidores, corrobora com o que o Sindicato vem afirmando: há recursos disponíveis nos orçamentos dos tribunais.

Recursos que podem ser usados para reduzir os impactos das enormes perdas salariais acumuladas e do custo abusivo do plano de saúde, que atinge boa parte da categoria. Estudo disponibilizado pela assessoria econômica do Sintrajud

já demonstrou isso.

O problema, portanto, não é de ordem financeira, como as administrações tentam justificar, e sim uma opção política sobre onde aplicar os recursos.

O que também se constata na proposta orçamentária enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional, na qual a prioridade não são os serviços públicos prestados à população e tampouco as políticas e pautas sociais.

É com base nessa avaliação que a dire-

toria do Sintrajud reafirma a necessidade e importância de maior envolvimento de toda a categoria nas mobilizações da campanha salarial.

Novembro e dezembro são sempre meses decisivos nas definições orçamentárias, tanto no âmbito geral, quanto nos tribunais. É a luta coletiva de servidoras e servidores que pode ser capaz de pressionar para que se faça justiça no uso dos recursos orçamentários do Judiciário Federal.

MOBILIZAÇÃO

Assembleia vai debater encaminhamentos das lutas da categoria aprovados na plenária nacional

Assembleia geral será no dia 2 de dezembro, quando também será apreciado o parecer do Conselho Fiscal



Claudio Cammarota

Servidoras e servidores do Judiciário Federal em São Paulo vão debater e definir encaminhamentos em relação às resoluções da XXIII Plenária da Fenajufe, que ocorre entre 23 e 26 de novembro, em Belém do Pará.

A Plenária Nacional da Federação de-

verá ter como temas principais a luta por uma reestruturação das carreiras que valorize os servidores e o caráter público do PJU e do MPU, assim como a luta pela recomposição salarial e a antecipação para 2024 da terceira parcela do reajuste salarial de 19,25%.

A assembleia vai discutir os rumos das lutas do funcionalismo frente ao arcabouço fiscal do governo Lula/Alckmin, que mantém o teto para os gastos sociais. Mobilização contra tal política foi aprovada em Resolução do 9º Congresso do Sintrajud, no mês de maio, em Atibaia (SP), que alertou: “as pautas da categoria não cabem no novo arcabouço fiscal”.

A delegação do Sindicato à Plenária da Fenajufe é composta por 11 delegados

e delegadas (com direito a voz e voto) e seis observadores, eleitos em assembleia virtual, realizada dia 20 de junho. Um dirigente indicado pela diretoria do Sintrajud também participa. No total, 236 servidores votaram na assembleia, que teve 270 participantes.

O momento dedicado diretamente à organização das lutas da categoria ocorrerá logo após a apreciação do parecer do Conselho Fiscal e da análise do planejamento financeiro. Por razões formais, estes pontos da assembleia foram publicados em editais separados.

A diretoria do Sintrajud ressalta que a assembleia de 2 de dezembro será um importante momento para organizar os próximos passos da mobilização da categoria.

‘Derrubar os vetos é fazer justiça’: campanha contra os vetos 10 e 25 continua



Valcir Araujo

Sintrajud volta a reforçar o chamado à mobilização pela

derrubada dos vetos do governo Lula/Alckmin à absorção dos quintos, ao AQ dos técnicos, à VPNI/GAE dos oficiais, à essencialidade dos cargos e ao NS dos técnicos do MPU. Os vetos não foram apreciados na sessão do Congresso Nacional de 9 de novembro.

É possível que uma nova sessão ocorra em 23 de novembro (*acompanhe em [www.](http://www.sintrajud.org.br)*

sintrajud.org.br). “É preciso aproveitar todo tempo que tivermos para pressionar os parlamentares, fazendo os contatos possíveis e usando as redes sociais”, diz Antonio Melquíades, o Melqui, que esteve em Brasília, junto com o servidor Marcos Trombeta, levando a demanda a deputados e senadores. Nas diversas atividades de luta, estiveram acompanha-

dos da presidente da seção paulista do Sindicato dos Trabalhadores do MPU, Elizabeth Zimmermann.



Valcir Araujo

Sintrajud realiza live sobre o combate à violência contra a mulher no dia 5 de dezembro

“A Luta das Mulheres Contra a Violência na Cidade e no Campo” é tema de debate do Sintrajud no dia 5 de dezembro, às 19h30, de modo virtual (via *Facebook* e *YouTube*). A atividade faz parte dos “21 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra a Mulher”.

O evento é uma realização do Coletivo de Mulheres do Sintrajud – Mara Helena dos Reis e da diretoria do Sindicato. Terá como palestrantes lideranças da

Frente Nacional de Lutas, Movimento Olga Benário e Luta Popular.

No Brasil, os “21 dias de ativismo” é o período que compreende de 20 a 25 de novembro — semana da Consciência Negra e Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, respectivamente —, a 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. É reconhecido pela ONU como sendo um movimento que contribui para enfrentar uma violência que atinge

sobretudo as mulheres negras.

Violência em números

Em 2022, foram registrados, no Brasil, 1.437 feminicídios (alta de 6,1%) e 4.034 homicídios femininos (alta de 1,2%). Entre as vítimas de feminicídios, 61,1% eram negras e 71,9% tinham entre 18 e 44 anos. Estes são dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, na 17ª edição.

Live: “Israel X Palestina: guerra ou genocídio?”

Debate realizado no dia 08 de novembro pelo Sintrajud sobre o tema expôs a necessidade do cessar-fogo. Participaram Caio Teixeira, servidor aposentado do TRT de Santa Catarina e jornalista

da Agência ComunicaSul, e Waldo Mermelstein, filho de judeus, exilado no Chile em 1972, militante socialista e antissionista desde o golpe de 1973, membro da Resistência-PSOL e integrante da Editó-

ria Mundo do portal Esquerda Online. A mediação foi de Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud.

Para assistir, basta acessar o QR Code ao lado.



Campanha pelo reajuste, saúde e contra o assédio: Sindicato a serviço das lutas

A estrutura do Sindicato existe para dar suporte às lutas e campanhas da categoria: na luta que deteve a 'reforma administrativa' foram 14 semanas seguidas de pressão e atos em Brasília.



Valcir Araujo



Valcir Araujo



Valcir Araujo



Valcir Araujo



Joca Duarte



Marcela Mattos



Jesus Carlos



Arquivo Sintrajud



Nos últimos anos, ainda que sob fortes ataques aos serviços públicos e direitos trabalhistas, o Sindicato foi um instrumento de luta fundamental para a categoria.

A organização sindical dos servidores e servidoras do Judiciário Federal em São Paulo, com o suporte da estrutura mantida pela contribuição voluntária dos filiados e filiadas, assegurou conquistas, denunciou arbitrariedades e defendeu os direitos da categoria.

Foi assim com a recomposição parcial das perdas salariais no final de 2022, que quebrou os anos de congelamento com o reajuste de 19,25%, dividido em três parcelas anuais (Lei 14.523/2023).

Desde o início deste ano, o Sintrajud atua em São Paulo e em atividades com o conjunto dos servidores, em Brasília, no corpo-a-corpo com os parlamentares na defesa da recomposição das perdas e da antecipação da última parcela para 2024.

Além da pauta salarial, a entidade age sobre as administrações regionais e superiores. Mobilizações, atos, assembleias, abaixo-assinados, reuniões que questionam o enorme aumento do plano de saúde e cobram mais recursos para o auxílio-saúde - assim como a devolução de valores pagos como atrasados em parte do TRF/JF.

No TRT-2, questiona ainda a quebra de isonomia entre servidores e magistrados na saúde. No TRE, a luta é contratação de um plano de saúde pelo Tribunal.

Para auxiliar e fortalecer esse trabalho, o Sintrajud contratou estudos

orçamentários com o economista Washington Moura. O parecer técnico comprovou: dinheiro tem!

Saldo suficiente para atender, ao menos em parte, as demandas da categoria.

Como resultado das mobilizações, em outubro o TRF-3 confirmou a devolução integral dos descontos e cancelamento das cobranças dos retroativos e aumento do auxílio-saúde.

Luta contra a PEC 32

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, ameaça votar a 'reforma' administrativa (PEC32). Em 2021 e 2022, a unidade das entidades classistas, entre elas o Sintrajud, foi fundamental detê-la, uma das prioridades do então governo Bolsonaro.

O principal embate se deu no contexto da pandemia, ainda sob restrições sanitárias. Em 2021, envolveu 14 semanas seguidas de atos e mobilizações em Brasília contra o desmonte dos serviços públicos. Em todas elas, uma delegação do Sintrajud esteve presente. Movimento que precisa ser retomado.

Campanha contra os vetos

Nos últimos meses, o Sindicato realizou intensa agenda de contato com parlamentares, dirigentes do TST e TSE e governo, em Brasília e São Paulo, pela derrubada dos vetos 10 e 25 do governo Lula/ Alckmin, que barraram demandas

da categoria.

Foi protocolada nota técnica produzida pela assessoria jurídica do Sintrajud, sob coordenação do advogado Rudi Cassel, junto às lideranças partidárias.

Houve ainda reuniões com a assessoria de ministros, nas quais também foi pauta a antecipação da parcela da recomposição salarial. Assim como audiências com o presidente TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e com o diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas quais foram apresentados os estudos do economista Washington Moura.

Luta contra o assédio

A campanha contra os assédios no trabalho e o capacitismo é outra ação que envolve atos de rua e nos Tribunais, no interior e na capital, como também atividades em Brasília.

As iniciativas realizadas em diversas frentes de atuação cobraram do Conselho Nacional de Justiça, inclusive, que se investigue, puna e coíba toda e qualquer prática discriminatória e assediadora dentro do Poder Judiciário.

Em outubro, a Alesp aprovou a moção de repúdio ao capacitismo. O documento rechaça a prática discriminatória contra o servidor com deficiência cometida pelo juiz Paulo Arena Filho, presidente do JEF/Ribeirão Preto.

Para tudo isso, a estrutura do Sindicato, assegurada pela contribuição da categoria, está a serviço.

Sindicalização: categoria é que mantém a estrutura para as lutas e a autonomia sindical

O Sintrajud é um dos sindicatos mais atuantes do país. Autofinanciado exclusivamente pelas contribuições de seus associados, emprega o patrimônio da categoria a serviço das lutas, investindo na estrutura necessária para dar suporte à categoria.

Lado a lado com as lutas, o departamento jurídico do Sindicato estruturado atuou para assegurar outras demandas no último período: ação judicial vitoriosa manteve 'permanência' e alimentação no cálculo da licença-prêmio; prorrogação da permanência dos requisitados no

TRE-SP; execução em favor de filiados para crédito em ação coletiva da cota-parte do auxílio-creche; garantia de nomeações no TRT-2, dentre outras.

É a categoria que mantém essa estrutura necessária para as lutas e autonomia sindical.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sintrajud divulga demonstrativo financeiro de 2022

Assembleia no dia 2 de dezembro de 2023 vai apreciar o relatório do Conselho Fiscal e o planejamento financeiro.

O Sintrajud divulga, nesta edição e em sua página na web, o demonstrativo financeiro referente ao ano de 2022.

A assembleia anual ordinária de prestação de contas e previsão orçamentária acontece no dia 2 de dezembro, sábado, às 14h30.

Na pauta da assembleia, as contas de 2022, o parecer do Conselho Fiscal, o plano or-

çamentário para 2024.

Posteriormente à apreciação das contas, também será debatida a continuidade da mobilização por mais verbas para a saúde nos tribunais e a antecipação da parcela da recomposição salarial.

O Sindicato é autofinanciado exclusivamente pelas contribuições associativas voluntárias e a diretoria res-

salta a importância do debate sobre o patrimônio coletivo da categoria.

Agendamentos

Filiadas e filiados interessados em verificar os documentos contábeis poderão fazê-lo de forma presencial nos dias 28, 29 e 30/11/23 e 01/12/2023, mediante agen-

damento prévio com até 24 horas de antecedência. Não haverá atendimento fora dos horários estabelecidos, nem sem o devido agendamento, para garantir melhor organização e que os interessados possam verificar a documentação com tranquilidade, o que favorecerá a participação e discussão coletiva em assembleia.

"DEMONSTRATIVO FINANCEIRO 2022 DO SINTRAJUD-SP Realizado de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2022 (valores em reais)"

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA 2022	TOTAL ANO
Saldo inicial em 01/01/22	2.507.473,05
Receita de mensalidades	7.962.820,31
Despesas normais e extraordinárias	(9.224.180,10)
Reembolsos e Restituições	287.693,53
Resultado dos convênios	(52.201,34)
Resultado da conta Fundo de Mobilização	128.749,01
Saldo Consolidado	1.610.354,46
Descrição do saldo em 31/12/22	
Caixinha Sede, Subsede Santos e Subsede Santos Festas	9.273,20
Contas correntes BB, CEF e Acesso Cartão PJ disponível	381.189,32
Contas Poupanças BB e CEF - F. Mobilização/F. Reserva	1.219.891,94
	1.610.354,46
DESPESAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS	
Receita de Mensalidades dos sócios	7.962.820,31
Outras receitas (ingressos, rateios)	9.110,00
Reembolsos e Restituições	278.583,53
TOTAL DAS RECEITAS	8.250.513,84
MOBILIZAÇÕES E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL	3.327.413,77
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários	900.268,96
Greve. Infraestrutura da mobilização e das Campanhas; Atividades em Brasília.	703.350,32
Ressarcimento aos Tribunais da licença para mandato classista	316.485,99
Eventos culturais, sociais e esportivos; Festas, brindes final de ano, Dia Internacional Mulher e Mostra de Artes; Oficinas Dança, Teatro e Capoeira; Clube de Convênios, carteirinhas associados, custos operacionais	536.204,08
Apoio Financeiro ao Movimento Social e acompanhamento de eleições sindicais	160.974,19
Coletivo de Saúde, Coletivo de Formação, Econômico e Político	230.940,50
Congresso Sintrajud	2.012,86
Reuniões da diretoria executiva, conselho de base e conselho fiscal	12.092,07
Congresso Fenajufe e Conlutas	340.695,51
Núcleo dos Aposentados	1.615,51
Núcleo Agentes Segurança	10.000,70
Núcleo Oficiais de Justiça	32.457,24
Campanhas (Assédio Moral, Sindicalização, Pesquisa Perfil Categorias, Ações)	80.315,84
CONTRIBUIÇÕES FEDERATIVAS	1.231.200,00
Mensalidade a Fenajufe	820.800,00
Mensalidade a Conlutas	410.400,00

(Este demonstrativo financeiro continua na página 7)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Assembleia Geral de Prestação de Contas do Sintrajud/SP - 02/12/2023**

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, no exercício da competência que lhe confere o art. 37 do Estatuto da Entidade e dentro do prazo conferido pelo art. 38, §2º, do mesmo Estatuto, por meio deste edital, CONVOCA todos(as) os(as) associados(as) da Justiça Federal da 3ª Região no Estado de São Paulo, Justiça Eleitoral no Estado de São Paulo, Justiça Trabalhista da 2ª Região e Justiça Militar da União no Estado de São Paulo, pertencentes à sua base de representação, para participarem de ASSEMBLEIA GERAL VIRTUAL, a ser realizada no dia 02 (dois) de dezembro de 2023, às 14h, em primeira convocação, com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos(as) associados(as) quites com a tesouraria e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número, para deliberar sobre a pauta abaixo descrita, sendo que as deliberações serão adotadas com aprovação da maioria simples dos pre-

sentes, na forma do artigo 40 do Estatuto.

A assembleia realizar-se-á na modalidade eletrônica/virtual. O acesso ao ambiente virtual (plataforma zoom) em que ocorrerá a assembleia eletrônica será franqueado aos(às) servidores(as) mediante o cadastro pelo link: <https://sintrajud-org-br.zoom.us/meeting/register/tZcl-fuiqpzkiEt3BWpBBmbgziP1Diga>.

No dia e horário indicados para o início da assembleia, o(a) servidor(a) deverá acessar o link que consta no convite, enviado para o e-mail informado, a partir de qualquer computador, tablet ou aparelho celular com acesso à internet e, assim, participar dos debates e deliberações, ressaltando que o link de acesso ao ambiente virtual, gerado após a inscrição, é pessoal e intransferível.

Pauta específica:

1) Apreciação e votação do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2022;

2) Apreciação e votação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2024.

São Paulo, 14 de novembro de 2023.

DIRETORIA EXECUTIVA
DO SINTRAJUD/SP

Observação:

Filiados(as) interessados em verificar os documentos contábeis poderão fazê-lo de forma presencial mediante agendamento prévio, com no mínimo 24h de antecedência, devendo ser confirmado pelos telefones (11) 97622-6931, com Sandra Bongiorno (Departamento Financeiro), ou (11) 9163-6903, com Luci Soares (Atendimento). Dias disponíveis para agendamento: 28, 29, 30/11/23 e 01/12/2023, das 10h às 13h e das 14h às 17h. Não haverá atendimento fora dos horários estabelecidos, nem sem o devido agendamento, para garantir melhor organização e que os interessados possam verificar a documentação com tranquilidade.

Continuidade do demonstrativo financeiro referente ao ano de 2022

IMPRESA	1.072.994,99
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários e assessorias	961.674,18
Impressão, diagramação e distribuição de publicações, jornais e boletins	11.937,10
Fotógrafos, filmagens, transmissões ao vivo, hospedagem do site e assinatura de publicações; deslocamentos	99.383,71
ADMINISTRATIVAS	1.125.094,56
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários	704.902,92
Manutenção da sede e apartamentos, veículos e equipamentos; consumo e custos operacionais; Taxas legais e impostos; assessorias Contábil, Sistemas Gestão e Informática, Box Guarda de Documentos	391.055,83
Telefonia, internet e serviços de e-mails	29.135,81
JURÍDICO	1.358.107,55
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionários, estagiários e assessorias	1.312.793,88
Honorários Advocatícios e Periciais de Terceiros	19.486,00
Custas Processuais. Sucumbências, Deslocamentos, correio, cópias e cartório. Publicações afins	25.827,67
SUBSEDE SANTOS	275.752,06
Salários, benefícios e encargos relativos a funcionário	202.009,01
Despesas administrativas e manutenção da subsede	73.743,05
DESPESAS FINANCEIRAS	9.139,62
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	824.477,55
Aquisição de Equipamentos, mobiliário e Reforma na sede	67.351,83
Bens Imóveis	391.532,42
Investimentos em TI	110.211,24
Empréstimo e Despesas Reembolsáveis	255.382,06
TOTAL DAS DESPESAS	9.224.180,10
Resultado do Fundo de Mobilização	128.749,01
Arrecadação com bônus e rendimentos da poupança (-) tarifas bancárias	128.749,01
Resultado da Movimentação dos Convênios	(52.201,34)
Saldo da Movimentação da Amil	(46.240,69)
Saldo da Movimentação da Claro	(5.960,65)

Fim de ano: como adquirir o convite para participar das festas

Os eventos de confraternização do Sintrajud acontecerão no mês de dezembro.



O Sintrajud convida os servidores e as servidoras para as tradicionais festas de fim de ano, que vão acontecer na capital, na Baixada e em Presidente Prudente. Essas são oportunidades de encontrar e renovar as forças para mais um ano de luta.

Em São Paulo, a festa acontecerá no dia 7 de dezembro, quinta-feira, a partir

das 20 horas, no Tênis Clube Paulista, na Rua Gualaxo, 285 - Aclimação. A atração musical ficará por conta da Banda Cores, que com um repertório variado promete agitar a pista de dança.

Já em Presidente Prudente, o evento será no dia 9 (sábado), no Garden Restaurant, que fica na rua Washington Luiz, nº 1141. A música ficará por conta de Edno e Paulinho, que promete proporcionar um ambiente descontraído.

A festa em Santos ocorrerá no dia 16 (sábado), a partir das 18 horas, no Clube Estrela de Ouro, na Av. Rei Alberto I, nº 372 - Ponta da Praia. A noite será animada pelas bandas Monna e Quizumba

Latina e apresentação cultural com o grupo Quilôa Maracatu.

Convites

Acompanhe no site e redes sociais a data de distribuição dos convites. Veja no *site* todas as informações sobre as festas, inclusive, as datas e horários para a retirada dos convites e confirmação de presença.

As atividades dão direito a *buffet* e bebidas à vontade (cerveja somente para maiores de 18 anos). Os eventos são gratuitos para servidores sindicalizados, que têm direito, também gratuitamente, a um convidado. Para adquirir um segundo convite, o ingresso custa R\$ 100,00 e, a partir do terceiro, R\$ 150,00. A entrada dos convidados é condicionada a presença dos servidores titulares.

Auxílio-creche: ação vitoriosa do Sintrajud está em fase de execução dos valores a receber

Sintrajud contata servidores para as ações de execução da decisão judicial que reconheceu a inexigibilidade da contraprestação descontada dos servidores para custear o auxílio pré-escolar.

Ação judicial do Sintrajud garantiu o reconhecimento da inexigibilidade da contraprestação descontada dos servidores a título de cota de participação no custeio do auxílio pré-escolar. O Sindicato está promovendo a execução em favor dos filiados e filiadas dos créditos reconhecidos na ação coletiva. Servidores não sindicalizados têm a opção de se filiar para também participar do processo de execução da decisão.

Estão sendo contatadas pelo jurídico da entidade as pessoas constantes das listagens já apresentadas nos autos pela União: servidores e servidoras que receberam o auxílio-creche entre janeiro de 2009 e o momento em que os descontos deixaram de ser realiza-

dos pelas administrações.

Na JF/TRF-3, o desconto ocorreu até dezembro de 2016; no TRT-2, até agosto de 2018; no TRE-SP, até julho de 2021; e na JMU/STM, até dezembro de 2022.

O Sintrajud ajuizou a ação nº 0000175-23.2014.4.01.3400, com tramitação na 1ª Vara Federal do Distrito Federal, tendo em vista o caráter indenizatório da verba. A sentença julgou procedentes os pedidos, sob o fundamento de que não havia justificativa razoável para a diversidade do tratamento dispensado a trabalhadores da iniciativa privada e a servidores públicos.

A decisão determinou que a União Federal se abstivesse de descontar dos vencimentos dos servidores a cota-parte destinada ao custeio do auxílio-creche, as-

segurando, ainda, a restituição dos valores indevidamente descontados.

A União interpôs recurso de apelação, mas os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região mantiveram a decisão de primeiro grau. A decisão transitou em julgado e foram iniciados os procedimentos para execução dos valores devidos aos servidores.

Foi então celebrado acordo judicial, no qual a ré se comprometeu a elaborar e apresentar os cálculos, sem que houvesse impugnação, e restituir os valores mediante pagamento por ofícios requisitórios, tendo como contrapartida deságio de 15%.

O Sindicato atuará em benefício de todos os filiados e filiadas que se enquadrem no direito reconhecido. Quem não estiver associado, pode filiar-se preenchendo a ficha disponível no QR Code abaixo, para ser representado nesta e em outras ações coletivas do Sintrajud, além da assistência jurídica individual.



Servidores durante manifestação do Sintrajud em abril de 2023



Fotografe o QR Code acima e filie-se ao Sintrajud